



CONTRATO Nº 55/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016

Contrato de Execução de Obra, que entre si celebram o Município de Coronel Vivida e a Empresa Pedreira Santiago Ltda.

O **Município de Coronel Vivida**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.455/0001-56, sediado na Praça Ângelo Mezzomo, s/n, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Frank Ariel Schiavini**, portador do CPF nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **PEDREIRA SANTIAGO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua 13 de Maio, s/n - São Miguel, na cidade de Chopinzinho (85.560-000), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 77.744.134/0001-41, representada neste ato pelo Sr. **Moises de Gasperin**, portador do CPF nº 518.634.809-00 e RG nº 3.519.935-7, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital da **Tomada de Preços nº 02/2016**, pelos termos da proposta da **CONTRATADA** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a empreitada por preço global, para a **EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS PEDRO DA FONSECA, JOÃO BROCCO E SANTA CATARINA, CONFORME PLANILHAS, PROJETOS E MEMORIAIS EM ANEXO. ESTA OBRA É DECORRENTE DO PLANO DE TRABALHO CADASTRADO JUNTO AO SICONV SOB Nº 023494/2015 E APROVADO PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES - CONTRATO DE REPASSE Nº 821267/2015 - PROCESSO Nº 1023204-50/2015/MCIDADES/CEF - PROGRAMA: PLANEJAMENTO URBANO.**

Parágrafo Primeiro: Caso o **CONTRATANTE** execute os serviços descritos em qualquer um dos itens da Planilha o valor correspondente será descontado do valor total da medição.

Parágrafo Segundo: Os serviços deverão ser executados de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamento Básico em Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Projeto Executivo, os quais fazem parte deste Contrato.

Parágrafo Terceiro: Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital da Tomada de Preços nº 02/2016, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, para o objeto licitado.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 269.727,35 (duzentos e sessenta e nove mil e setecentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos), conforme constante na proposta.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O representante do Município de Coronel Vivida, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, efetuará medições mensais a partir da expedição da Ordem de Execução de Serviços, e analisará o avanço físico real dos serviços e o cronograma e verificará o exato cumprimento das obrigações deste contrato no período da medição, quanto à quantidade, qualidade e ao prazo previsto para a execução, emitindo o boletim de medição que deverá ser assinado pela fiscalização da **CONTRATANTE** e pelo profissional responsável pela execução,



ambos constantes das ARTs de fiscalização e de execução. Os documentos referentes à medição serão encaminhados a Caixa Econômica Federal, que realizará a inspeção técnica para aferição dos serviços medidos. Medida, atestada e vistoriada a execução dos serviços, a CAIXA encaminhará ao Município a Autorização de Saque e a empresa contratada deverá emitir a nota fiscal em favor do Município de Coronel Vivida. Após a CONTRATADA entregar a correspondente nota fiscal para o fiscal designado da CONTRATANTE, este realizará a conferência e o competente ateste, fazendo o encaminhamento à Divisão de Contabilidade do Município, sendo que caberá a esta última a liquidação dos respectivos empenhos. Em todas as notas fiscais emitidas relativas a este Contrato deverão conter, além dos dados da obra executada e demais dados indispensáveis, as seguintes informações inseridas pelo responsável da empresa contratada: **"CONTRATO DE REPASSE Nº 821267/2015 - PROCESSO Nº 1023204-50/2015/MCIDADES/CEF - PROGRAMA: PLANEJAMENTO URBANO."**

Parágrafo Segundo: Os pagamentos serão mensais, de acordo com o cronograma físico e financeiro executado, e serão efetuados em até 05 (cinco) dias corridos após o adimplemento de cada parcela, referente à medição previamente realizada pelo fiscal da obra. Os pagamentos das parcelas serão realizados após a Autorização de Saque da Caixa Econômica Federal, de acordo com o seguinte procedimento:

I - Os pagamentos relativos a este Contrato serão processados diretamente no portal de convênios do Governo Federal SICONV - Sistema OBTV - Ordem Bancária de Transferência Voluntária, cuja movimentação financeira se dará na conta específica do instrumento.

II - Para o credor receber o pagamento deverá ter sua conta bancária devidamente regularizada junto a uma instituição bancária.

Parágrafo Terceiro: Para o pagamento da nota fiscal referente à primeira medição será exigida a seguinte documentação:

a) Alvará de Construção emitido pelo Município de Coronel Vivida;

b) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA, referente a execução da obra;

c) Boletim de medição emitido pela fiscalização do Município;

d) Relatório de Execução Físico-Financeiro emitido pela fiscalização do Município;

e) Admitir-se-á o Protocolo de encaminhamento para aprovação dos projetos em substituição ao Alvará de Construção, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA a falta deste.

f) Havendo a entrega do Protocolo no primeiro pagamento, a entrega do Alvará deverá ocorrer para pagamento da segunda medição, podendo ser prorrogada a sua entrega, devendo neste caso ser justificada pela CONTRATADA através de manifestação formal, e desde que aceita pela Administração.

Parágrafo Quarto: Para a solicitação da primeira medição, a Placa de Obra deverá estar afixada na obra com identificação do programa, de acordo com padrão estabelecido pela Presidência da República, sendo obrigatória a sua manutenção durante o período de execução da obra, em local visível (conforme modelo fornecido pelo Município) e cumprir o percentual previsto no cronograma apresentado, devendo ser substituída ou recuperada pela CONTRATADA, quando verificado o seu desgaste ou precariedade.

Parágrafo Quinto: Para o pagamento da nota fiscal referente à última medição, será exigida da CONTRATADA Termo de Recebimento Provisório expedido pela fiscalização do CONTRATANTE, além do projeto aprovado em via original junto ao Município de Coronel Vivida.

Parágrafo Sexto: A obra será recebida definitivamente, decorridos 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento provisório e, se estiverem satisfeitas as seguintes condições:

a) atendidas todas as reclamações da fiscalização referentes a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento das obras e serviços executados;

b) entrega à CONTRATANTE de Certidão Negativa de Débitos, expedida pelo INSS e Habite-se expedido pelo Município de Coronel Vivida.

Parágrafo Sétimo: É obrigação da CONTRATADA manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por esta assumidas, a regularidade fiscal, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Oitavo: Para os fins de processamento do pagamento e liquidação do objeto do presente contrato, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a nota fiscal, cópia da Certidão



Negativa de Débitos - CND, referentes ao INSS e FGTS.

Parágrafo Nono: Não sendo apresentadas as CND's no momento do pagamento da fatura ou verificada, a qualquer tempo, a irregularidade fiscal da CONTRATADA, o CONTRATANTE no primeiro caso suspenderá o pagamento pelo prazo máximo de 10 (dez) dias e, em ambos, notificará a CONTRATADA do descumprimento da lei, e para que esta, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue a regularidade do débito tributário ou apresente defesa, sob pena de rescisão unilateral deste contrato pela Administração, bem como aplicação de multa, conforme previsto na legislação pertinente.

Parágrafo Décimo: Ultrapassado o prazo previsto no parágrafo acima, ou seja, de 05 (cinco) dias, sem a apresentação de CND ou defesa por parte da CONTRATADA, o pagamento da fatura será efetuado, com desconto da multa e eventuais prejuízos decorrentes da rescisão, liberando-se o saldo remanescente, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSO FINANCEIRO

Os pagamentos decorrentes da execução do presente contrato serão efetuados à conta dos recursos das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

OR/UN	UNIDADE	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FUNTE DE RECURSOS	CÓDIGO REDUZIDO	VALORES R\$
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.26.451.0029.1.052	4.4.90.51.02.02	896	3336	245.850,00
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.26.451.0029.1.052	4.4.90.51.02.02	504	917	23.877,35

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço estabelecido no presente Contrato não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZOS

O prazo máximo para a execução e entrega do objeto do presente Contrato é de 60 (sessenta) dias corridos, e será contado a partir da expedição da Ordem de Execução de Serviços.

Parágrafo Primeiro: O prazo máximo para o início da primeira etapa de execução da obra é de 05 (cinco) dias corridos, e será contado a partir da expedição da Ordem de Execução de Serviços.

Parágrafo Segundo: Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" e art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: O objeto contratual será recebido definitivamente, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "b" após o decurso do prazo de observação que será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento provisório.

Parágrafo Quarto: Os prazos estabelecidos nos parágrafos primeiro e segundo acima poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro: Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Segundo: Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento ajustado e dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Terceiro: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) prestar a execução dos serviços na forma ajustada;

b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

c) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com os equipamentos individuais necessários;
- f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- g) responsabilizar-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA, antes da assinatura do contrato, deverá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária.

Parágrafo Primeiro: Caso a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, será deduzido, por ocasião do pagamento das faturas, o equivalente a 5% (cinco por cento) dos valores das mesmas que será depositado em caderneta de poupança, conta vinculada, no Banco do Brasil S/A - Agência de Coronel Vivida/PR.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de opção por uma das outras modalidades, excluída a caução em dinheiro, a garantia deverá ser prestada, em até 7 (sete) dias úteis, após a assinatura do contrato, à Seção de Controle de Fornecedores e Contratos, no percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato devendo vigorar até o prazo final do contrato.

Parágrafo Terceiro: Nos pagamentos de serviços extraordinários, se houverem, serão retidos 5% (cinco por cento) como garantia complementar, de acordo com a modalidade optada pela proponente vencedora:

a) o pagamento desta garantia complementar obedecerá o mesmo critério mencionado no Parágrafo primeiro. Caso haja escolha de uma das modalidades do caput, a prestação da garantia será efetuada no prazo de 7 (sete) dias após a assinatura do Termo Aditivo, comprovada junto a Seção de Controle de Fornecedores e Contratos da Secretaria Municipal de Administração deste Município.

Parágrafo Quarto: A garantia destina-se a assegurar o cumprimento das normas do presente contrato, a boa e fiel execução do contrato e o pagamento de eventuais multas.

Parágrafo Quinto: A garantia será liberada pela Tesouraria do Município de Coronel Vivida, quando encerrado o contrato, acompanhado da Certidão Negativa de Débito - CND com o INSS da obra e o Certificado de Regularidade de Situação - CRS perante o FGTS da empresa.

a) A Caução de Garantia será devolvida acrescida dos rendimentos auferidos pelos índices de poupança, já que os valores serão depositados em caderneta de poupança.

Parágrafo Sexto: Havendo prorrogação do prazo do contrato, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado automaticamente.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro: Em caso de atraso injustificado no cumprimento do cronograma da obra, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,2% (zero vírgula dois por cento), sobre o valor da obra não executada, por dia de atraso, até o 10º (décimo) dia, limitada a 2% (dois por cento), do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Segundo: Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Primeiro: A fiscalização do contrato será efetuada pelos Engenheiros do Município de Coronel Vivida e/ou pelos técnicos da Divisão de Estudos e Projetos do Município de Coronel Vivida, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo: A contratada deverá manter preposto, aceito pelo Município de Coronel Vivida, no local da obra, para representá-la na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro: A fiscalização terá poderes para:

- a) aprovar ou desaprovar os serviços executados;
- b) aprovar ou desaprovar o dimensionamento das diversas equipes de trabalho;
- c) aprovar ou desaprovar os equipamentos utilizados para a execução da obra, colocados no local dos serviços, quanto às medidas de segurança necessárias;
- d) exigir o cumprimento de todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, especialmente quanto a utilização correta de equipamentos de proteção individual (EPI);
- e) alterar parte do projeto executivo e/ou especificações técnicas, sempre que esta medida apresentar-se como comprovadamente necessária à execução da obra, conforme o dispositivo legal;
- f) exigir a retirada de qualquer empregado subordinado à contratada, que, a critério da fiscalização, comprometam o bom andamento dos serviços ou se recusem ao uso dos equipamentos de segurança e obediência às normas de segurança coletiva ou individual, conforme prescrito em lei especial.

Parágrafo Quarto: Caberá ainda à Contratada, na execução do contrato, atender às seguintes condições específicas ambientais, conforme o caso, e considerando o exposto no Decreto Estadual nº 6.252/06, de 22/03/2006:

- a) recuperação ou reutilização, pelo fornecedor, do material de embalagem e dos produtos utilizados;
- b) entrega das mercadorias em recipientes reutilizáveis, sempre que possível;
- c) coleta, reciclagem ou reutilização, pelo fornecedor, dos resíduos produzidos durante ou depois da utilização ou do consumo de um produto;
- d) transporte e entrega de produtos químicos (como produtos de limpeza) concentrados, procedendo-se à diluição no local de utilização;
- e) utilização de produto biodegradável, sendo vedada a entrega ou utilização por parte do fornecedor, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso de substâncias que destroem a camada de ozônio SDO, arroladas em resolução do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Excluem-se do disposto nesta alínea, os produtos e equipamentos considerados de uso essencial, tais como medicamentos e equipamentos de uso médico e hospitalar, além de serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de refrigeração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VIGÊNCIA

O presente Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Vivida, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Coronel Vivida, 27 de abril de 2016.

.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

.....
Moises de Gasperin
Pedreira Santiago Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA DO OESTE - PR
LEI Nº 1652/2016
DATA: 27.04.2016

SÚMULA: Autoriza, nos termos do art. 14, § 4º e art. 64, inc. XIV da Lei Orgânica do Município, o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder, mediante Portaria, à Autorização de Uso do Centro de Eventos do Município, observadas as condições constantes nesta Lei.

A Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mediante Portaria, autorização de uso do bem público do Centro de Eventos do Município, localizado na Rua Darci Daluolín nº 155, Bairro Félix, Itapejara D'Oeste/PR, para a pessoa jurídica "Associação Municipal de Suinocultores de Itapejara D'Oeste", inscrita no CNPJ nº 80.870.959/0001-17, com sede na Av. Manoel Ribas, s/n, Centro de Itapejara D'Oeste/PR, CEP: 85.580-000, para o fim único e exclusivo de realização da 13ª Festa do Leito Maturado a ser realizado na data de 01 de maio de 2016.

Art. 2º - A autorização terá validade para o dia 30.04.2016, a partir das 08h00min, até as 23h00min do dia 02.05.2016.

Art. 3º - A título de contraprestação, a "Associação Municipal de Suinocultores de Itapejara D'Oeste", denominada de Usuária ou Autorizada, está isento de pagamento pelo uso do Centro de Evento do Município.

Art. 4º - A Usuária se responsabilizará pelo uso do Centro de Eventos do Município, sendo todos os encargos de sua inteira responsabilidade, como também deverá providenciar todas as licenças necessárias junto aos órgãos públicos para a realização do evento, além de garantir a segurança dos frequentadores do evento, não respondendo o Município por qualquer dano decorrente da negligência da Usuária.

Art. 5º - A Usuária deverá, ainda:

- a) zelar pelas dependências do local autorizado, respondendo por qualquer dano que a ele venha a ocorrer em virtude de sua utilização, ainda que praticado por terceiros frequentadores do evento;
- b) desocupar as dependências, após o término da vigência desta Lei;
- c) assumir a total responsabilidade, eximindo o Município de Itapejara D'Oeste/PR, por quaisquer danos materiais, morais e/ou físicos que eventualmente venham a sofrer os participantes do evento ou o público que o frequentar;
- d) recolher os tributos municipais respectivos;
- e) obedecer a outras condições eventualmente impostas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de 2016.

Eliandro Luiz Pichetti,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1192/2016
DATA: 27.04.2016

ELIANDRO LUIZ PICHETTI, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do art. 14º § 4º e art. 64º inc. XIV da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal nº 1652/2016 de 27.04.2016:

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar uso de bem público do Centro de Eventos do Município de Itapejara D'Oeste, localizado na Rua Darci Daluolín, nº 155, bairro Félix, para a "Associação Municipal de Suinocultores de Itapejara D'Oeste", inscrita no CNPJ nº 80.870.959/0001-17, com sede na Avenida Manoel Ribas, s/n, centro de Itapejara D'Oeste, para o fim único e exclusivo de realização da 13ª Festa do Leito Maturado a ser realizado na data de 01 de maio de 2016.

Art. 2º. A autorização terá validade para o dia 30.04.2016, a partir das 8h00min até as 23h00min do dia 02.05.2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de 2016.

Eliandro Luiz Pichetti, **Vladimir Lucini,**
Prefeito Municipal, **Diretor do Depto. de Administração.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016, PROCESSO Nº 198/2016 - Sessão Pública de Credenciamento, Análise de propostas, habilitação e Adjudicação - Aos vinte e sete (27) dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e cinco minutos (14:05h), reuniram-se o pregoeiro e sua equipe de apoio, abaixo identificados, despois pelo decreto nº 095/2008 de 12 de fevereiro de 2008, para procederem as atividades pertinentes ao Pregão Presencial número treze barra dois mil e dezesseis (13/2016), que tem por objeto a implantação do Registro de Preços para futura eventual aquisição de 150 m³ de concreto usinado 10x 20 cm 19 slump 100, que serão utilizados pelos diversos Departamentos do Município de Mariópolis. As quatorze horas e cinco minutos (14:05 h) foi aberta e lida a proposta, iniciando o período de credenciamento dos representantes legais e de recebimento de envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação devidamente lacrados. Os recebimentos dos Envelopes e Credenciamento dos Representantes. Foram recebidos os envelopes das seguintes propostas:

H01 S/A - Município de Avai e Concreto, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 81.636.731/0003-68, inscrição estadual nº 80253036-33, representada por Valmir Olsson Charelli.

Imediatamente após o recebimento dos envelopes o Pregoeiro e sua equipe de apoio iniciaram a abertura dos envelopes de propostas de preço, efetuando a verificação das requisições exigidas no edital. O Pregoeiro informou os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do prego. Da Análise das Propostas: Foram analisadas as propostas de preços apresentadas pelas licitantes, observado o atendimento às exigências do edital. Com relação à proposta o pregoeiro verificou que a proponente apresentou sua proposta conforme solicita o item. O pregoeiro informou aos presentes o preço ofertado pela licitante, conforme segue:

Item	Qtd	Unid	Descrição	Valor Unit R\$	Valor Total R\$	H01B
1	150	M3	concreto usinado 10x 20 cm 19 slump 100	321,66	48.249,00	321,66
VALOR TOTAL				R\$	48.249,00	

Abriu-se a fase de Lances. Após muita insistência do pregoeiro o preço se manteve o mesmo, pois os preços estão dentro da realidade do mercado atual. Deixou-se encerrada se a fase de lances. Da Habilitação: Encerrada a fase da abertura das propostas, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes classificadas. A documentação apresentada foi verificada para a conformação de sua conformidade com as exigências do edital. Após análise verificou-se que as propostas apresentaram toda a documentação solicitada, ficando assim, HABILITADAS. O pregoeiro declarou a empresa vencedora, e seu preço final conforme supra especificado acima em registro na tabela. A proposta e os documentos foram colocados a disposição da equipe de apoio para a apreciação. Concluiu-se os procedimentos relativos ao Pregão Presencial nº 13/2016, e considerando que a proposta da empresa vencedora satisfaz a exigência do edital, que a empresa vencedora encontra devidamente habilitada quanto a documentação exigida, que os preços cotados estão dentro do limite estabelecido no edital, que não houve manifestação expressa por parte das licitantes de intenção de interpor recurso, o pregoeiro ADJUDICA o objeto do presente edital para a empresa acima identificada. Cópia da ata foi repassada para a empresa. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, restabelecendo ainda, que os membros da equipe de apoio, ao assinar esta ata, atestam a sua participação e colaboração no certame. Francisco Valdomiro Bueno - Pregoeiro, Vanderlei Catargiane - Equipe de apoio, Leoni Espirito Sangeletti - Equipe de apoio, Representantes: Valmir Olsson Charelli.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - PR

TERMO DE ADITAMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO Nº 51/2016
PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 54/2015, referente ao Processo Licitatório nº 17/2015, Pregão Presencial nº 08/2015, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PALMAS/PR e a empresa CHIPTIMING CURITIBA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Conforme cláusula terceira do contrato 54/2015 fls. 149 do processo em questão, ficam prorrogados os prazos de vigência por mais 4 (quatro) meses a contar de seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do termo permanecem inalteradas. E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. Palmas, 01 de abril de 2016

MUNICÍPIO DE PALMAS/PR - CHIPTIMING CURITIBA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS PR

Termo de Aditamento de Prorrogação de prazo e aumento de Metáfora Nº 68/2016
PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato sob nº 226/2015, Processo Licitatório nº 129/2014 - Pregão Presencial nº 68/2014, celebrado entre o Município de Palmas/PR e a empresa CLINICA RADIOLOGICA DE PALMAS LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Conforme Cláusula Terceira do contrato 226/2015, fica prorrogada por mais 12 (doze) meses a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA
Em conformidade com o artigo 65 em seu parágrafo primeiro da Lei 8.666/93, fica concedido o aumento de 25% de aumento de metáfora na quantidade dos itens 01.02.07.08.09.13.14.16.17.22.24.26.27.34 e 39, totalizando um valor de R\$ 46.250,01 (quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e um centavo), no que diz respeito a tais itens". Conforme demonstrativo a seguir:

CLÁUSULA TERCEIRA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Palmas, 20 de abril de 2016.

Município de Palmas - CLINICA RADIOLOGICA DE PALMAS LTDA ME
Contratante
Contratado

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

Contrato nº 55/2016 - Tomada de Preços nº 02/2016 - Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: PEDREIRA SANTIAGO LTDA. CNPJ nº 77.744.134/0001-41. Objeto: execução de obras de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares nas Ruas Pedro da Fonseca, João Brocco e Santa Catarina, conforme planilhas, projetos e memoriais em anexo. Esta obra é decorrente do plano de trabalho cadastrado junto ao SICONV sob nº 023494/2015 e aprovado pelo Ministério das Cidades - Contrato de Repasse nº 821267/2015 - Processo nº 1023204-50/2015/MICIDADES/CEF - Programa: Planejamento Urbano. Valor total de R\$ 269.727,35. Prazo de vigência: 12 meses. Prazo de execução: 60 dias de ordem. Coronel Vivida, 27 de abril de 2016. Frank Ariel Schiavin, Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - PR

TERMO DE ADITAMENTO PRORROGAÇÃO DE PRAZO Nº 37/2016
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 299/2012, referente ao Processo Licitatório nº 135/2012, Concorrência nº 11/2012, celebrado entre o Município de Palmas/PR e a empresa CONSTRUTORA SUDESTE LTDA - Objeto: Empreitada Global de Material e Mão de Obra para construção de 2(duas) unidades de educação infantil no Bairro Hípica e Bairro São Francisco no Município de Palmas - PR, conforme Projeto Miniatório da Educação e FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso PAC020943-2012-FNDE.

Município de Palmas, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ, sob nº 76161181/0001-08, com sede à Av. Clevelandia, nº 521, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal, Dr. Hilário Andraschko, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 007510149-15 e RG sob nº 692.485 - PR, e de ora em diante denominada CONTRATANTE, e de outro lado CONSTRUTORA SUDESTE LTDA, com sede em Francisco Beltrão - PR, na Avenida Júlio Assis Cavalheiro, 399 - Sala 01, Centro, inscrita no CNPJ nº 77.299.139/0001-02, representada neste ato por seu sócio administrador, Sr. Odair Serraglio, Engenheiro Civil, CREFA/PR 9633-D, residente e domiciliado a Rua Tenente Comarca, 2626, Bairro Nossa Senhora Aparecida Francisco Beltrão - PR, portador da cédula de identidade nº 953.420/PR e CPF nº 402.965.129-15, doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

Considerando solicitação da empresa CONSTRUTORA SUDESTE LTDA fls 1015 a 1032. Solicitando prorrogação de prazo de vigência por mais 90 (noventa) dias e de execução por 90 (noventa) dias, referente ao Contrato nº 299/2012 Processo 135/2012. Na Unidade de Educação Infantil no Bairro Hípica lote 01 e na Unidade de Educação Infantil no Bairro São Francisco, Lote 02 - pelos motivos das fortes e duradouras chuvas na região, que impossibilitam a execução de serviços externos, mas principalmente devido a processo de termo de aditivo em tramite.

Considerando Parecer Técnico do fls.1021 sendo de parecer favorável ao pedido de prorrogação de prazo de vigência e de execução por mais 90 (noventa) dias a contar do vencimento, como também concordando com as justificativas apresentadas pela empresa para o referido pedido;

"Considerando parecer jurídico "...Ex positio, opinio pela realização da alteração/prorrogação solicitada, com a elaboração do termo aditivo dos prazos de vigência contratual e de execução de obra relativo ao contrato respectivo, conforme fundamentação acima..."

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica Prorrogado o prazo de vigência por mais 90 (noventa) dias e de execução por mais 90 (noventa) dias por os lotes nº 01 Bairro Hípica e Lote nº 02 São Francisco objeto do Contrato nº 299/2012, a partir do seu vencimento ficado a data de vencimento para o lote 01 em 31/05/2016 (execução) e para o lote 02 28/07/2016 (execução) e a vigência em ambos os lotes passa a vencer dia 23/08/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecerem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Palmas, 03 de março de 2016.
Município de Palmas/PR
CONSTRUTORA-SUDESTE LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2016

O Prefeito Municipal de Palmas, resolve:
01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação, nestes termos:

a) Chamada Pública Nº: 1/2016
b) Data Homologação: 27/04/2016
c) Data da Adjudicação: 27/04/2016

d) Objeto da Chamada Pública: Credenciamento de serviços médicos em regime de escala para a Unidade de Acolhimento de Suporte Humaniza Palmas, visando à composição da Rede de Atendimento às urgências e emergências, conforme ATA nº 04/2014 onde foi aprovado o Plano Operativo aprovado no Conselho Municipal de Saúde visando o Credenciamento de plantões para os atendimentos de Urgência e Emergência.

PRESTADORES DE SERVIÇOS CREDENCIADOS: RAFAEL MORAES DA TRINDADE & CIA LTDA, DE FABRIS CLINICA MEDICA LTDA, PHG VIEIRA ME.

HILÁRIO ANDRASCHKO
Prefeito Municipal de Palmas

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2016.

OBJETO: A contratação de empresa sob regime de empreitada global, para construção de duas quadras sintéticas com playground e academia da terceira idade, a serem construídas nos Bairros Alvorada e Jardim Floresta. LOTE 01: Quadra Sintética com Playground e Academia de Terceira Idade no Bairro Alvorada, com área de 1.038,84m². Local: Rua Princesa Isabel esquina com Rua Tomé de Souza, Bairro Alvorada - Lote 19 - Quadra 965, no Município de Pato Branco - PR. Coordenadas: S26° 15' 49,35" O52° 40' 49,68", para a empresa S.A. Follmer Construção & Serviços - ME, inscrita no CNPJ nº 17.193.878/0001-93, com o valor global de R\$ 258.620,27. LOTE 02: Quadra Sintética com Playground e Academia de Terceira Idade no Bairro Jardim Floresta, com área de 1.517,51m². Local: Rua Ivai esquina com Rua Sebastião Rodrigues, Bairro Jardim Floresta - Lote 12 CH-66-B RM CH-66 E - Quadra 1097, no Município de Pato Branco - PR. Coordenadas: S26° 14' 59,37" O52° 41' 29,85", para a empresa Vera Lucia Tonetti Mallmann Goetten da Silva - ME, inscrita no CNPJ nº 12.526.902/0001-45, com o valor global de R\$ 256.229,10. Pato Branco, 26 de abril de 2016. Augustinho Zucchi - Prefeito.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Contrato nº 36/2016/GP Tomada de Preços nº 06/2016. PARTES: Município de Pato Branco e S.A. Follmer Construção & Serviços - ME. OBJETO: A prestação de serviços sob regime de empreitada global, para construção de Quadra Sintética com Playground e Academia de Terceira Idade no Bairro Alvorada, com área de 1.038,84m². Local: Rua Princesa Isabel esquina com Rua Tomé de Souza, Bairro Alvorada - Lote 19 - Quadra 965, no Município de Pato Branco - PR. Coordenadas: S26° 15' 49,35" O52° 40' 49,68". VALOR: R\$ 258.620,27. PRAZO DE EXECUÇÃO: A Contratada terá um prazo máximo de 90 dias, contados do aceite da Ordem de Serviços para a execução integral dos serviços contratados. PAGAMENTO: Serão efetuados conforme Cronograma Físico/Financeiro aprovado. DOT. ORÇ: 1602.2781200411050000 - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Juventude e Idoso - 44905100, (nº reduzido: 1125, Desdobramento 2929) reserva de saldo nº 111. VIGÊNCIA: Será de 270 dias, contados da assinatura do contrato. GESTORA DO CONTRATO E FISCAL DA OBRA: A Diretora de Recreação, Lazer, ATTI e Projetos Sociais da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Juventude e Idoso, e fiscal da obra o Secretário Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos. Pato Branco, 26 de abril de 2016. Augustinho Zucchi - Prefeito, Gerson Rogério Follmer - Representante Legal.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Contrato nº 37/2016/GP Tomada de Preços nº 06/2016. PARTES: Município de Pato Branco e Vera Lucia Tonetti Mallmann Goetten da Silva - ME. OBJETO: A prestação de serviços sob regime de empreitada global, para construção de Quadra Sintética com Playground e Academia de Terceira Idade no Bairro Jardim Floresta, com área de 1.517,51m². Local: Rua Ivai esquina com Rua Sebastião Rodrigues, Bairro Jardim Floresta - Lote 12 CH-66-B RM CH-66 E - Quadra 1097, no Município de Pato Branco - PR. Coordenadas: S26° 14' 59,37" O52° 41' 29,85". VALOR: R\$ 256.229,10. PRAZO DE EXECUÇÃO: A Contratada terá um prazo máximo de 90 dias, contados do aceite da Ordem de Serviços para a execução integral dos serviços contratados. PAGAMENTO: Serão efetuados conforme Cronograma Físico/Financeiro aprovado. DOT. ORÇ: 1602.2781200411050000 - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Juventude e Idoso - 44905100, (nº reduzido: 1125, Desdobramento 2929) reserva de saldo nº 111. VIGÊNCIA: Será de 270 dias, contados da assinatura do contrato. GESTORA DO CONTRATO E FISCAL DA OBRA: A Diretora de Recreação, Lazer, ATTI e Projetos Sociais da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Juventude e Idoso, e fiscal da obra o Secretário Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos. Pato Branco, 26 de abril de 2016. Augustinho Zucchi - Prefeito, Silval Goetten da Silva - Representante Legal.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Contrato nº 37/2016/GP Tomada de Preços nº 06/2016. PARTES: Município de Pato Branco e Vera Lucia Tonetti Mallmann Goetten da Silva - ME. OBJETO: A prestação de serviços sob regime de empreitada global, para construção de Quadra Sintética com Playground e Academia de Terceira Idade no Bairro Jardim Floresta, com área de 1.517,51m². Local: Rua Ivai esquina com Rua Sebastião Rodrigues, Bairro Jardim Floresta - Lote 12 CH-66-B RM CH-66 E - Quadra 1097, no Município de Pato Branco - PR. Coordenadas: S26° 14' 59,37" O52° 41' 29,85". VALOR: R\$ 256.229,10. PRAZO DE EXECUÇÃO: A Contratada terá um prazo máximo de 90 dias, contados do aceite da Ordem de Serviços para a execução integral dos serviços contratados. PAGAMENTO: Serão efetuados conforme Cronograma Físico/Financeiro aprovado. DOT. ORÇ: 1602.2781200411050000 - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Juventude e Idoso - 44905100, (nº reduzido: 1125, Desdobramento 2929) reserva de saldo nº 111. VIGÊNCIA: Será de 270 dias, contados da assinatura do contrato. GESTORA DO CONTRATO E FISCAL DA OBRA: A Diretora de Recreação, Lazer, ATTI e Projetos Sociais da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Juventude e Idoso, e fiscal da obra o Secretário Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos. Pato Branco, 26 de abril de 2016. Augustinho Zucchi - Prefeito, Silval Goetten da Silva - Representante Legal.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 02/2016 - Contrato nº 48/2014.GP Chamamento nº 04/2014, Inexigibilidade nº 25/2014. PARTES: Município de Pato Branco e Laboratório de Análises Clínicas São Lucas Ltda. OBJETO: A contratação de serviços em procedimentos em diagnóstico e terapia, visando à prestação de serviços de saúde aos usuários do SUS, com valores constantes da tabela do SUS-MUNICIPAL ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Artigo 57, inciso II, conforme prevê a Cláusula Quarta, inciso I, do Contrato original, e de acordo com a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do protocolo nº 355900 as partes pactuam a prorrogação do prazo fixado para execução do objeto contratual para mais 12 meses, ou seja, até 30 de abril de 2017. Do Valor: O valor permanece inalterado, ou seja, o valor máximo mensal da presente contratação é estimado em R\$ 150.843,36. Dot. Orç.: 10.3030432.128000 - 08.02 Secretaria Municipal de Saúde - 3390.3900. Despesa Principal 677 - Fonte 303 - Desdobramento 2233. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 15 de abril de 2016. Augustinho Zucchi - Prefeito, João Michels Freire - Representante Legal.

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná - DIOEMS

Quinta-Feira, 28 de Abril de 2016

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano V - Edição Nº 1092



Página 17 / 065

REABERTURA DE PRAZO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016

O município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, torna pública a reabertura de prazo para a realização do Pregão Presencial nº 33/2016, que tem por objeto a CONFEÇÃO DE PROTEÇÃO DE FONTES COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. Passando para as 09:00 (nove) horas do dia 12 de maio de 2016, em sua sede, sito à Praça Ângelo Mezzomo, s/n. Tal reabertura se faz necessária devido aos itens estarem com valores incorretos. O valor total passa a ser de R\$ 79.270,00. O edital alterado encontra-se disponível no site www.coronelvivida.pr.gov.br ou na sede do Município de Coronel Vivida, Coronel Vivida, 27 de abril de 2016. Ademir Antonio Aziliero - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2016 Processo licitatório nº 53/2016

Despacho do Prefeito Municipal
Processo de inexigibilidade nº 09/2016 RATIFICO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Gregolin Gugik, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, a fim de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE destinado a alimentação nas Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº. 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009; Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. CREDENCIADOS: João Marcos Miotto - CPF nº 063.656.899-77, valor estimado de R\$ 12.650,50 (doze mil e seiscentos e cinquenta reais e cinquenta centavos); Edemar Azevedo Leite - CPF nº 026.917.489-36, valor estimado de R\$ 19.791,00 (dezenove mil e setecentos e noventa e um reais); Edival Azevedo Leite - CPF nº 016.967.069-47, valor estimado de R\$ 19.726,00 (dezenove mil e setecentos e vinte e seis reais); Eleandro João Perusso - CPF nº 041.991.009-38, valor estimado de R\$ 3.322,50 (três mil e trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). Valor total estimado para os 04 agricultores é de R\$ 55.490,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos e noventa reais), com início em 28 de abril de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016. Publique-se. Coronel Vivida, 27 de abril de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATOS

Referente a Inexigibilidade nº 09/2016. OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, a fim de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE destinado a alimentação nas Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº. 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009; Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.
Prazo de vigência: de 28 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
Contratante: Município de Coronel Vivida
Contratados:
Contrato nº 52/2016 - João Marcos Miotto - CPF nº 063.656.899-77, valor estimado de R\$ 12.650,50 (doze mil e seiscentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).
Contrato nº 53/2016 - Edemar Azevedo Leite - CPF nº 026.917.489-36, valor estimado de R\$ 19.791,00 (dezenove mil e setecentos e noventa e um reais);
Contrato nº 54/2016 - Edival Azevedo Leite - CPF nº 016.967.069-47, valor estimado de R\$ 19.726,00 (dezenove mil e setecentos e vinte e seis reais).
Contrato nº 56/2016 - Eleandro João Perusso - CPF nº 041.991.009-38, valor estimado de R\$ 3.322,50 (três mil e trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).
Coronel Vivida, 27 de abril de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016

DATA: 07/04/16 ABERTURA: 25/04/16 HORÁRIO: 09:00
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS PEDRO DA FONSECA, JOÃO BROCCO E SANTA CATARINA, CONFORME PLANILHAS, PROJETOS E MEMORIAIS EM ANEXO. ESTA OBRA É DECORRENTE DO PLANO DE TRABALHO CADASTRADO JUNTO AO SICONS SOB Nº 023494/2015 E APROVADO PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES - CONTRATO DE REPASSE Nº 821267/2015 - PROCESSO Nº 1023204-50/2015/MCIDADES/CEF - PROGRAMA: PLANEJAMENTO URBANO. Analisados todos os atos referentes a Tomada de Preços nº 02/2016, HOMOLOGO E ADJUDICO o procedimento licitatório em epígrafe ao licitante:

LOTE	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL R\$
01	PEDREIRA SANTIAGO LTDA	77.744.134/0001-41	269.727,35

Nas condições de sua proposta e do edital. Valor total da licitação é de R\$ 269.727,35 (duzentos e sessenta e nove mil setecentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos). Coronel Vivida, 26 de abril de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Contrato nº 51/2016 - Pregão Presencial nº 28/2016

Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: T. VOGEL - EIRELI ME, CNPJ nº 06.354.545/0001-82. Objeto: prestação de serviços de vigilância desarmada noturna. Valor total de R\$ 96.000,00, por 12 meses. Coronel Vivida, 25 de abril de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Contrato nº 55/2016 Tomada de Preços nº 02/2016

Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: PEDREIRA SANTIAGO LTDA, CNPJ nº 77.744.134/0001-41. Objeto: execução de obras de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares nas Ruas Pedro da Fonseca, João Brocco e Santa Catarina, conforme planilhas, projetos e memoriais em anexo. Esta obra é decorrente do plano de trabalho cadastrado junto ao SICONS sob nº 023494/2015 e aprovado pelo Ministério das Cidades - Contrato de Repasse nº 821267/2015 - Processo nº 1023204-50/2015/MCIDADES/CEF - Programa: Planejamento Urbano. Valor total de R\$ 269.727,35. Prazo de vigência: 12 meses. Prazo de execução: 60 dias da ordem. Coronel Vivida, 27 de abril de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Em cumprimento ao artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20.03.97, notificamos aos PARTIDOS POLÍTICOS, SINDICATOS DE EMPREGADORES, SINDICATOS DE TRABALHADORES, ENTIDADES EMPRESARIAIS, DEMAIS ENTIDADES, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E MUNICÍPIOS de Coronel Vivida, o recebimento de recursos do Governo Federal a seguir discriminados:

ÓRGÃO REPASSADOR	DESTINAÇÃO	DATA	VALOR
MEC/FNDE	Construção da nova Escola Sete de setembro com 12 salas de aula	27.04.16	455.099,06
MEC/FNDE	Construção da nova Escola Rural de Abundância com 04 salas de aula	27.04.16	28.282,44

Coronel Vivida, 27 de abril de 2016
FRANK ARIEL SCHIAVINI - Prefeito Municipal

DOIS VIZINHOS

PREFEITURA

DECRETO Nº 12884/2016

Determina que no dia 29 de abril de 2016, não haverá expediente externo na Unidade Central de Saúde de Dois Vizinhos.

Raul Camilo Isotton, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a mudança para as novas instalações da Unidade Central de Saúde de Dois Vizinhos;

DECRETA:

Art. 1º DETERMINA que no dia 29 de abril de 2016, não haverá expediente externo na Unidade Central de Saúde de Dois Vizinhos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, 55º ano de emancipação.

Raul Camilo Isotton
Prefeito

PORTARIA Nº 017/2016

Nomeia a Comissão Preparatória Municipal para a 6ª Conferência das Cidades.

Raul Camilo Isotton, Prefeito de Dois Vizinhos-Pr, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes integrantes que constituirão a Comissão Preparatória Municipal para a 6ª Conferência das Cidades:

TITULAR	SUPLENTE	SEGMENTO	ENTIDADE
Márcia B. Frigotto	Elaine Stolbaum	Executivo	Prefeitura Municipal
Geraldo Maziero	Silvio da Silva	Movimentos Sociais	COOPERHAF
Rogério Nunes	Claudiovani Corrêa	Executivo	Prefeitura Municipal
Maria Marli Back de Silva	Dirsió Ferreira da Silva	Legislativo	Câmara Municipal de Vereadores
Angela Latreille	Pamela B. Rosalino	Executivo	Prefeitura Municipal
Sérgio Marchese	Marinote Camilo	Empresas	Sudotec
Virna Machado Paixão	Eri Santini	Movimentos Sociais	Presidente Clube Melhor Idade
Alfredo de Gouvêa	Caroline Bristot Picolotto	Entidades Pesquisa	UTFPR
Martlene M. Martins	Lauro Rigan	Trabalhadores	Sintrial
Lili Zippin Ferri	Claudia Zippin Ferri	ONG's	Proletores e Focinhos
Emerson Teixeira		Profissionais	Núcleo de Arquitetos

Art. 2º Nomear a Coordenação Executiva com os seguintes integrantes:

- Márcia Besson Frigotto - Secretária Executiva

- Lili Zippin Ferri - 2ª Secretária Executiva

- Claudiovani Corrêa - Coordenador Adjunto

- Geraldo Maziero - 2º Coordenador Adjunto

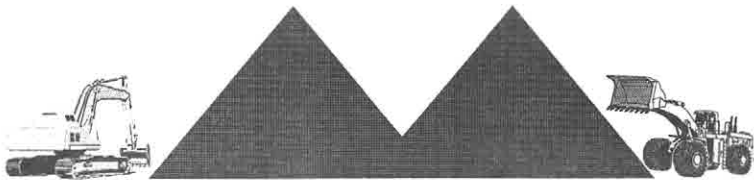
- Rogério Nunes - Coordenador Executivo

- Angela Latreille - 2ª Coordenadora Executiva.

Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, 55º ano de emancipação.

Raul Camilo Isotton
Prefeito



PEDREIRA SANTIAGO LTDA.

*Prestação de Serviços, Britagem, Transportes, Locação de Máquinas,
Terraplanagem, Cascalhamento e Pavimentação.*



DECLARAÇÃO CNAE

À Comissão de Licitação

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 02/2016

Declaramos para os devidos fins de direito e sob as penas da Lei, que conforme o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa **PEDREIRA SANTIAGO LTDA**, inscrita sob o número 77.744.134/0001-41, consta como código e descrição da atividade econômica principal na Classificação Nacional de Atividades econômicas nº 4211-1/01, cuja atividade acha-se inserida no grupo 421, da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0

E, por ser a expressão da verdade datamos e assinamos a presente para que surta os efeitos legais.

Chopinzinho, 28 de Abril de 2016.

PEDREIRA SANTIAGO LTDA
Moisés de Gasperin – Rep. Legal
RG: 3.519.935-7

e-mail: pedreirasantiagoltda@gmail.com - Financeiro: danfe.santiago@gmail.com

Fone (46) 3242-1409 e 3242-3456 Fax (46) 3242-1002 CNPJ 77.744.134/0001-41 Inscr. Est. 31200845-92
Rua 13 de Maio, s/n - prolongamento - CEP 85.560-000 Chopinzinho - Paraná